

PT propõe reorganizar Telebrás em nova empresa

Documento defende instituição de “operadora nacional”, que manteria controle estatal do sistema

CARLA FRANCO

O candidato da União do Povo Muda Brasil (PT, PDT, PSB, PCB e PC do B), Luiz Inácio Lula da Silva, apresentou ontem diretrizes para a área de telecomunicações e uma alternativa à privatização da Telebrás. O documento “Brasil Telecom: uma alternativa à globalização subalterna” defende a reorganização do Sistema Telebrás em uma nova empresa. A Brasil Telecom, como as européias France Telecom e British Telecom, é definida pela proposta como uma “operadora nacional”, que ficaria com o controle do sistema, mas faria parcerias com investidores privados, fundos de pensão e empresas internacionais.

A idéia é seguir, segundo o texto, uma tendência mundial, observada nos países europeus e no Japão, que transformaram suas autarquias em grandes empresas operadoras nacionais.

Durante a apresentação, Lula voltou a dizer que a privatização da Telebrás “tem cheiro de maracutaia” e desafiou o presidente Fernando Henrique Cardoso e a equipe econômica para um debate. “Nós queremos mostrar que o setor de telecomunicações é tão importante para o desenvolvimento tecnológico do País que não poderemos abrir mão do controle conquistado”, afirmou. Lula comparou a importância da Telebrás à da Nasa. “Os Estados Unidos não venderiam a Nasa porque ela é um instrumento de controle da Terra.”

De acordo com o documento apresentado, a Brasil Telecom não exercerá nenhum monopólio. O governo, por meio da Anatel, poderá outorgar concessões ou licenças às empresas interessadas em prestar serviços públicos.

Outra idéia é fazer alianças internacionais, especialmente com países latino-americanos. “Nós estamos demonstrando que não queremos apenas ser contra a privatização da Telebrás”, disse Lula. “Nós queremos fazer propostas concretas, inclusive com parcerias, defendendo a nossa indústria, mas sem fechar as portas para ninguém.”

Segundo a proposta, o “fatiamento da Telebrás representa uma ameaça à democracia”. “O governo simplesmente quer acabar com o segundo maior grupo empresarial brasileiro e 15.º maior grupo operador de telecomunicações do mundo”, sustenta o texto.

O documento também critica a venda da Telebrás a consórcios internacionais, com a transferência para o exterior dos “centros de decisão reais sobre as telecomunicações brasileiras, diminuindo o poder político e econômico do País”.

A frente de esquerdas pretende apresentar uma emenda à atual Lei Geral das Telecomunicações, dela excluindo a possibilidade de orçamentos públicos virem a custear serviços deficitários, os quais deverão ser inteiramente suportados pela Brasil Telecom.

